

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro - (Em milhares de reais)

	2011	2010		2011	2010
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	795.515	6.392	Circulante	727.009	15.474
Disponibilidades	161	23	Outras obrigações (Nota 6, 7 e 8)	727.009	15.474
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	794.777	-	Fiscais e previdenciárias	14.582	14.900
Aplicações em depósitos interfinanceiros	547.613	-	Negociação e intermediação de valores	710.633	91
Aplicações no mercado aberto	247.164	-	Diversas	1.794	483
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	-	6.266	Exigível a longo prazo	28.194	24.992
Carteira própria	-	6.266	Outras obrigações (Nota 6 e 7)	28.194	24.992
Outros créditos (Nota 6)	577	103	Fiscais e previdenciárias	28.194	24.992
Negociação e intermediação de valores	69	91	Patrimônio líquido (Nota 10)	70.857	49.028
Diversos	508	12	Capital social	32.019	32.019
Realizável a longo prazo	30.544	83.102	De domiciliados no país	32.019	32.019
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	-	54.445	Reservas de capital	2.584	2.584
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	54.445	Reservas de lucros	36.254	14.425
Outros créditos (Nota 6)	30.544	28.657	Total do passivo e patrimônio líquido	826.060	89.494
Diversos	30.544	28.657			
Permanente	1	-			
Investimentos	1	-			
Outros investimentos	1	-			
Total do ativo	826.060	89.494			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Atualização de títulos patrimoniais	Subvenções para investimentos	Legal		
Em 31 de dezembro de 2009	19.999	2.020	2.584	1.918	19.327	45.848
Aumento de capital	12.020	(2.020)	-	-	(10.000)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.180
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	-	160	-	(160)
Reserva estatutária (Nota 10)	-	-	-	-	3.020	(3.020)
Em 31 de dezembro de 2010	32.019	-	2.584	2.078	12.347	49.028
Aumento de capital (Nota 10)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.829
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	-	1.092	-	(1.092)
Reserva estatutária (Nota 10)	-	-	-	-	20.737	(20.737)
Em 31 de dezembro de 2011	32.019	-	2.584	3.170	33.084	70.857
Em 30 de junho de 2011	32.019	-	2.584	2.156	12.347	50.587
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	20.270
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	-	1.014	-	(1.014)
Reserva estatutária (Nota 10)	-	-	-	-	20.737	(20.737)
Em 31 de dezembro de 2011	32.019	-	2.584	3.170	33.084	70.857

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A., e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a co-participação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. Em 15 de abril de 2011, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu licença para a Distribuidora iniciar as atividades de sub-custodiante no país. Em 24 de junho de 2011, o primeiro volume de posições de custódia foram registrados na entidade. As demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários foram aprovadas pela Administração em 13 de março de 2012.

2. Apresentação e elaboração das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN. Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da instituição incluem, portanto, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3. Principais práticas contábeis - (a) **Apuração do resultado** - É apurado pelo regime de competência. (b) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificadas de acordo com a intenção da administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. (c) **Ativos circulante e realizável a longo prazo** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. (d) **Passivos circulante e exigível a longo prazo** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. (e) **Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) **Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal, são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. (f) **Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IR) corrente foi calculada à alíquota de 25% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% a partir de maio de 2008, conforme art. 17 da Lei nº 11.727 de 2008. A entidade fez a opção pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pelo artigo 15 da MP nº 449/2008, convertida em Lei nº 11.941/2009. De acordo com essa Lei, as modificações nos critérios contábeis para apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida MP, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os créditos tributários referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IR e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2011, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre o total dos ajustes temporários, para obtenção do saldo de crédito tributário de IR e CSLL, respectivamente. (g) **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco

irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez** - As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações com empresas do grupo no valor de R\$ 794.777, sendo R\$ 547.613 (2010 - R\$ 54.445) referente a aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento até março de 2012 (2010 - janeiro de 2012) e R\$ 247.164 referente a aplicações em operações compromissadas - posição bancada.

5. Títulos e valores mobiliários

(a) **Classificação e composição da carteira**

	Valor de Mercado	
	2011	2010
Títulos para negociação		
Carteira própria	-	6.266
*LFT	-	-
Total da carteira de TVM	-	6.266

(b) Composição por prazos de vencimentos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Total 2011	-	-	-
Total 2010	315	5.951	6.266

6. Outros créditos e outras obrigações - "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 26.888 (2010 - R\$ 24.013) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 3.765 (2010 - R\$ 4.585). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" refere-se à provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 14.582 (2010 - R\$ 1.242) e a provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 28.194 (2010 - R\$ 38.650). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". **7. Negociação e intermediação de valores** - "Negociação e intermediação de valores" referem-se, no passivo, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 710.633, em decorrência do serviço de custódia prestado por esta entidade. **8. Passivos contingentes e obrigações legais** - A instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária e trabalhista, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (iii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

a. Provisões constituídas

a.1. Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos Judiciais		Provisões	
	2011	2010	2011	2010
Fiscais e previdenciárias - obrigações legais	26.888	24.013	28.194	38.650
Total	26.888	24.013	28.194	38.650

a.2. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e Previdenciárias		Obrigações Legais		Total em 2010
	2011	2010	2011	2010	
Saldo inicial	38.650	37.722			37.722
Despesas financeiras-juros	1.653	1.464			
Antecipações - Anistia	69	-			
Constituições	1.848	468			
Pagamentos	(8.382)	-			
Reversões	(5.644)	(1.004)			
Saldo final	28.194	38.650			38.650

Em decorrência do processo de Anistia instituído pela Lei nº 11.941/2009, a instituição revisou seus processos no segundo semestre de 2009, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Os processos objetos da Anistia foram pagos nos termos dessa Lei por ocasião da consolidação dos débitos por parte da Receita Federal do Brasil em setembro desse exercício. O valor baixado de provisão foi de R\$ 13.955, sendo que o valor total pago dos débitos foi de R\$ 8.433, os valores antecipados foram de R\$ 270 e o valor revertido contra resultado foi de R\$ 5.252. **9 Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário** - A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2011	2010
Contingências fiscais	3.459	4.392
Provisão de honorários advocatícios	196	181
Provisão para participação nos lucros	94	-
Outros	16	12
Total de créditos tributários - ativo	3.765	4.585

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Segundo semestre 2011	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2011	2010
Receitas da intermediação financeira	36.461	39.734	5.608
Resultado de títulos e valores mobiliários	36.461	39.734	5.608
Resultado bruto da intermediação financeira	36.461	39.734	5.608
Outras receitas (despesas) operacionais	449	(269)	(883)
Receitas de prestação de serviços	5.037	5.037	-
Despesas de pessoal	(2.883)	(3.203)	-
Outras despesas administrativas	(488)	(570)	(162)
Despesas tributárias	(2.028)	(2.190)	(279)
Outras receitas operacionais (Nota 11 a)	6.002	6.718	2.017
Outras despesas operacionais (Nota 11 b)	(5.191)	(6.061)	(2.459)
Resultado operacional	36.910	39.465	4.725
Resultado não operacional	-	(6)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	36.910	39.459	4.725
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	(16.640)	(17.630)	(1.545)
Provisão para imposto de renda	(9.421)	(10.160)	(1.043)
Provisão para contribuição social	(6.199)	(6.649)	(837)
Ativo fiscal diferido	(1.020)	(821)	335
Lucro líquido do semestre/exercício	20.270	21.829	3.180
Número de ações	50.000	50.000	50.000
Lucro líquido por ação no final do semestre/exercício - R\$	405,40	436,58	63,60

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre 2011	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2011	2010
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	20.270	21.829	3.180
Lucro Líquido	20.270	21.829	3.180
Varição de ativos e obrigações	225.123	225.474	(3.246)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(490.165)	(493.168)	(4.833)
Redução em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)	4.523	6.266	6.633
(Aumento) em outros créditos	(1.308)	(2.361)	(2.158)
Redução em outros valores e bens	2	-	-
Redução em outras obrigações	714.182	718.449	3.031
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.111)	(3.712)	(5.919)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) de atividades operacionais	245.393	247.303	(66)
Atividades de Investimento			
Alienação de investimentos	-	-	70
Aquisição de outros investimentos	-	(1)	-
Caixa líquido proveniente/(utilizado) de atividades de Investimento	-	(1)	70
Aumento líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	245.393	247.302	4
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.932	23	19
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	247.325	247.325	23
Aumento líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	245.393	247.302	4

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 139 (2010 - R\$ 340), tendo sido realizado R\$ 960 (2010 - R\$ 5). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 3.765 é estimada em 2,5% ao ano, nos 2º e 3º anos, 5% nos 4º e 5º anos, 10% nos 6º e 7º anos, 20% nos 8º e 9º anos e, 25% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apuradas com base em informações de mercado monta a R\$ 1.758 (2010 - R\$ 1.976). A Distribuidora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	39.459	4.725
Encargo total do imposto de renda e contribuição social	(15.784)	(1.890)
às alíquotas vigentes	-	329
IRPJ de exercícios anteriores	-	-
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.903)	16
Outros	57	-
Feito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(1.846)	345
Total da Despesa de IR e CSLL no exercício	(17.630)	(1.545)

10. Patrimônio líquido - O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto assegura um dividendo mínimo anual de 3% do capital realizado ou de 6,25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, dos dois o que resultar em menor montante, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 12.020, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Atualização de Títulos Patrimoniais no valor de R\$ 2.020 e de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros - Estatutária no valor de R\$ 10.000, sem a emissão de novas ações, aprovada pelo Bacen em 18 de junho de 2010. Em atendimento à Resolução nº 3.605 do BACEN, a Administração decidiu pela destinação do lucro líquido do exercício para a conta de Reserva de Lucros - Estatutária, após a constituição de reserva legal. Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme deliberado em Reunião da Diretoria realizada em 16 de dezembro de 2011, com a participação de representante dos acionistas.

11. Transações com partes relacionadas

(Grupo J.P. Morgan)

	2011		2010	
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
Disponibilidades	161	-	23	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	547.613	26.079	54.445	4.834
Aplicação em operações compromissadas	247.164	12.698	-	-
Negociação e intermediação de valores	46	-	44	-
Rendas de prestação de serviços	-	5.037	-	-

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco. **12. Outras informações** - (a) "Outras receitas operacionais" referem-se a atualização monetária sobre "Outros créditos - diversos" de R\$ 1.367 (2010 - R\$ 1.328) e a reversão de provisões fiscais no valor de R\$ 5.305 (Nota 8 a 2). (b) "Outras despesas operacionais" referem-se, principalmente, a atualização monetária sobre "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" de R\$ 1.657 (